



Ecos de resistência nas tramas do artesanato militante¹

Amanda Motta Castro²

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar uma pesquisa dentro do tema maior: “Educação popular, mulheres e pedagogias periféricas”. Neste estudo, analisaremos a criação e o desenvolvimento do grupo de Mulheres Negras de São Lourenço do Sul (MENE), que busca conhecer os processos artesanais de criação, a arte de ensinar e aprender o trabalho do artesanato, bem como potencializar a geração de emprego e renda. Na caminhada desse grupo, vamos nos deparar com a vida de estudantes negras que criaram um grupo de artesanato militante para resistir e sobreviver. Para isso, apresentamos uma breve contextualização sobre escravidão e a luta travada pelos movimentos sociais para a obtenção das conquistas de direitos básicos, como a possibilidade de estar na universidade pública. Em última análise, podemos perceber, a partir do presente, que as mulheres que são objeto deste estudo nos ensinam muito sobre a vida-liberdade.

Palavras-chave: Educação popular, feminismo, ações afirmativas.

ABSTRACT: This paper aims to present a research within the larger theme: “Popular education, women and peripheral pedagogies”. In this study, we will analyze the creation and development of the Black Women group of São Lourenço do Sul (MENE), which seeks to know the artisanal processes of creation, the art of teaching and learning the handicrafts work, as well as enhancing job creation and income. In the journey of the group, we will face

¹ Este texto é uma versão ampliada do texto “Arte popular y artesanía em resistencia”, apresentado em Quito (Equador) em 2017.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FURG e docente do Departamento de Educação da mesma instituição. Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS; foi bolsista CAPES durante (2009-2015) e realizou estágio de doutoramento na Universidad Autónoma Metropolitana del México - UAM, no departamento de Antropologia. Trabalha com os seguintes temas de pesquisa: Feminismo, Educação Popular, Arte Popular e desigualdades sociais. Contato: motta.amanda@gmail.com

the black students lives who created a militant handicraft group to resist and survive. For this, we present a brazilian slavery brief contextualization and the struggle waged by social movements to obtain basic rights, such as the possibility of being in the public university. Ultimately, we can see, from the present that the women who are the subject of this study teach us a lot about life-freedom.

Keywords: Popular education, feminism, affirmative actions.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo presentar una investigación dentro del tema especial: "Educación popular, mujeres y pedagogías periféricas". En este estudio, analizaremos la creación y desarrollo del grupo de Mujeres Negras de São Lourenço do Sul (MENE), que tiene como objetivo conocer los procesos artesanales de creación, el arte para enseñar y aprender el trabajo de la artesanía, así como mejorar la generación del empleo y los ingresos. En la experiencia de este grupo, podremos ver la vida de estudiantes negros que crearon un grupo artesanal militante para resistir y sobrevivir. Para eso, presentamos una breve contextualización sobre la esclavitud y la lucha emprendida por los movimientos sociales para obtener las conquistas de los derechos básicos, como la posibilidad de estar en la universidad pública. Por último, podemos ver, desde el presente, que las mujeres que son objeto de este estudio nos enseñan mucho sobre la vida-libertad.

Palabras-clave: educación popular, feminismo, acciones afirmativas.

Introdução

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

*pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2008, p. 10-11)*

Este texto tem como objetivo principal apresentar o trabalho de pesquisa que vem sendo realizado juntamente com o MENE Grupo de Mulheres negras (MENE), recentemente criado no pequeno município de São Lourenço do Sul, no Sul do Rio Grande do Sul. O presente trabalho faz parte da pesquisa “*Educação popular, mulheres e pedagogias periféricas*”, que tem a finalidade de discutir as pedagogias periféricas criadas e desenvolvidas à margem da educação formal. A pesquisa se assenta no campo da Educação Popular e dos Estudos Feministas, tendo como marco teórico o materialismo histórico, priorizando o conhecimento que vem sendo produzido na América Latina e Caribe.

Fig. 1 - Arte do MENE



Fonte: Acervo do MENE

Dentro desta pesquisa, encontra-se, então, a investigação realizada com o grupo MENE, a qual busca estudar os processos artesanais de criação, a arte de ensinar e aprender, bem como potencializar a geração de emprego e renda.

Após a entrada na universidade pelas ações afirmativas, as “cotas” do Governo Federal, duas estudantes negras quilombolas³ do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) se viram desempregadas e sem renda, o que fez com que idealizassem o projeto. De acordo com Juliana Soares, componente do grupo: “MENE em Yorubá significa nunca estar só.” (Entrevista realizada em agosto de 2017). Assim, o Grupo nasce da necessidade de emprego e renda, além da demanda de um grupo político a favor da igualdade racial.

Assim, escrever sobre o MENE é escrever e reescrever parte da dura história da população negra no Brasil, principalmente no que tange ao acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer e segurança.

³ Juliana Pereira e Maria Escarlata explicam didaticamente o que são os quilombos durante a escravidão: “muitos escravizados começaram a se organizar pra fugir, alguns conseguiram fugir, e aí quando eles pensaram em fugir, pensaram: vamos fugir pra onde? Procurar lugares que fossem de difícil acesso, geralmente terra com muita pedra, morro, que tivesse que passar por espinhos, ribanceiras. E também pontos estratégicos onde eles pudessem visualizar quem tivesse se aproximando. Assim, eles foram fugindo e indo morar nesses locais que foram denominados Quilombos. Só que com a função da dita libertação dos escravos, algumas pessoas seguiram morando lá, não cabiam todos os escravos nos quilombos e os quilombolas que fugiram pra lá enquanto escravos constituíram famílias, nasceram filhos, netos, bisnetos seus descendentes. E algumas pessoas ainda moram lá, e essas pessoas são os quilombolas no sentido de localidade e no sentido de sentimento.” (Entrevista em agosto de 2017).

O Brasil é formado por maioria negra. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população negra corresponde a 53,6%⁴ dos/as brasileiros/as. Sobre essa maioria, a integrante do MENE, Maria Escarlata, dispara: “Somos a maioria e a nossa cara não está, não está nas universidades, não está nos comércios, não está em muitos lugares.” (Maria Escarlata, integrante do MENE, entrevista em setembro de 2017).

Apesar da afirmação da integrante do MENE, é bastante comum, em vários lugares do mundo, a ideia de que no Brasil vivemos em uma democracia racial. Estudiosas sobre o racismo no Brasil apontam uma sociedade racista:

É falso afirmar que o Brasil não é um país racista. Viver nesta afirmação não se trata somente de “tapar o Sol com a peneira”, mas continuar permitindo um quadro social que favorece uma população de elite e branca, ou, pelo menos, de pessoas que se identificam com isso (SILVA, 2014, p. 1).

Sobre o mesmo assunto, a feminista Heleieth Saffioti aponta que:

Diz-se, à boca miúda, que no Brasil há democracia racial. Nada seria mais inverídico do que esta afirmação. Basta examinar as estatísticas para se verificar que os negros estão nas ocupações menos prestigiadas e mais mal remuneradas, que apresentam graus baixos de escolaridade, que não participam do poder político. (SAFFIOTI, 1987, p. 51).

O Brasil é um país racista, isso porque tivemos mais de 300 anos de escravidão e, além disso, medidas institucionais durante muitos anos foram feitas para impedir o avanço e a mobilidade da população negra. Na sociedade brasileira, o racismo é um elemento estruturante, e essa estrutura também é vista dentro da universidade.

Breve contextualização: racismo e políticas públicas

⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html> . Acesso em: 12 ago. 2017.

A universidade no Brasil tem sido historicamente branca, principalmente porque, para o seu acesso – mesmo sendo este afirmado como “igualitário” –, é necessário preparo intelectual. E, talvez, esteja aí um dos principais fatores de desigualdade de raça dentro da universidade brasileira.

Em geral, a educação básica privada é destinada à população branca, que sai dessas escolas de excelência com uma excelente formação educacional. E as populações negras, em sua maioria, apenas têm acesso a uma educação básica deficitária. Como assinala Saffioti

É importante frisar a heterogeneidade das categorias sociais que recebem tratamento de minoria, como negros, mulheres. As próprias classes dominantes incentivam a manutenção desta heterogeneidade. Mas ainda, estimulam o surgimento de maior grau de diferenciação interna nas categorias sociais. Graças a esta heterogeneidade, as classes dominantes podem, facilmente, dividir movimentos reivindicatórios destas categorias sociais, de modo a enfraquecê-los. (SAFFIOTI, 1987, p. 87).

Por sua vez, a historiadora Emília Costa (2008) aponta que o Brasil foi o último país do mundo ocidental a legalmente acabar com a escravidão:

Se a lei garantia o status jurídico de pessoas livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativo haviam criado. A lei áurea abolia a escravidão, mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. (COSTA, 2008, p 12).

Pesquisas publicadas pelo Instituto da Mulher Negra comandada por Sueli Carneiro apontam o ano de chegada dos primeiros navios negreiros: 1538 a 1543. Tendo como marco essa data, queremos aqui traçar uma linha do tempo:

1. Após três séculos e meio de escravidão “legal” no Brasil, a Lei Áurea é assinada em 1888. *(Não vou contar aqui o tempo de escravidão clandestina posterior a essa data).*

⁵ Ver matéria na GELEDÉS. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lista-navios-negreiros-cinismo-comerciantes-seres-humanos-oceano-atlantico/>. Acesso em: 05. maio 2020.

2. Exatamente um século depois, em 1988, temos a promulgação da Constituição Federal. Somente aí, 100 anos depois da Lei Áurea, vai ser derrubado o “pátrio poder”, luta do movimento feminista. Essa Constituição vai determinar em seu artigo 5º que: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei.”
3. 1995 – Em 20 de novembro, houve a primeira Marcha Zumbi dos Palmares⁶, realizada pelo movimento negro, em Brasília, com 30 mil pessoas.
4. 2001 – Conferência de Durban. (Reparação para o continente africano e políticas antirracistas).
5. 2001 – Iniciam-se as primeiras políticas de cotas nas universidades do estado do Rio de Janeiro.
6. 2003 – É aprovada a lei 10.639, em 9 de janeiro desse ano, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marco legal que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"⁷.
7. 2010 – Aprovação do Estatuto da Igualdade Raciais.
8. 2012 – Lei 12.711/12, de 29 de agosto de 2012, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, marco legal das cotas raciais. Afirma a lei em seu artigo primeiro:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL,2012).

9. 2014 – Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, marco legal da reserva de vagas em concursos públicos.

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das

⁶ Leia mais sobre a marcha em GELEDÉS. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

⁷ Em 2008, a lei 9394/06, já alterada pela lei 10639/03, com a lei 11.645/08 passa a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”

⁸ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/h>. Acesso em: 15 maio 2020.

sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei. (BRASIL,2014).

Isso posto, podemos afirmar que a questão da escravidão no Brasil é historicamente muito recente, e os seus desdobramentos ainda são sentidos no racismo cotidiano, o qual separa a população brasileira entre pessoas brancas e não brancas. O caminho de luta trilhado pelo movimento negro deixou um legado de conquistas como, por exemplo, as políticas de Ações afirmativas. Aqui, começa uma revolução silenciosa, sofrida, dramática, dura: como se ocupa um espaço branco?

Universidade pública: a branquitude em xeque-mate

Sobre as universidades públicas no Brasil, o fato concreto é que os números apontam uma desigualdade absurda: em 1997, apenas 2,2% de estudantes pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos, cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil. Além de trazer à tona os números, a pesquisadora Teresa Olinda Caminha Bezerra pontua que as “pessoas estavam impedidas de estudar no Brasil por sua cor de pele ou condição social. Se fazia necessário, na época, uma medida que pudesse abrir caminho para a inclusão de negros e pobres nas universidades” (BEZERRA, 2014, p 1). Como ponto de partida das lutas dos movimentos sociais, o país caminhou rumo à elaboração e aplicação da proposta das cotas raciais nas universidades públicas.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade brasileira a adotar cotas de ingresso, em 2001. Após ela, as cotas foram adotadas também pela Universidade de Brasília (UnB), em 2004, e, em 2012, foi assinada, pela presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 12.711/12 para a garantia de acesso a universidades federais pelas cotas. De acordo com a lei nº 12.711/12:

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos

e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

Em todo território nacional brasileiro, a implementação das cotas resultou em algumas formas de reação: de um lado, serviu para exaltar os ânimos das pessoas racistas, que estavam camufladas (ou não), de forma a manifestarem seu ódio e serem contrárias à entrada das minorias na universidade. Dessa forma, tivemos a reação das pessoas que estão a favor da ideologia dominante:

Falar de cotas é sempre bastante polêmico porque é engraçado porque só se falou em cotas quando surgiram as cotas de reparação social para negros, quando tinha a cota do boi ninguém falava nada. Porque se tu saísse na rua e perguntasse pra alguém o que era a cota do boi, ninguém sabia porque não interessava a mídia anunciar a cota do boi. Em relação às cotas, elas são necessárias porque elas são só uma fatia do bolo que esse país deve para nós negros, desde a libertação dos escravos, que, na verdade, foi a condenação, foi só a continuação da condenação do povo negro. (Juliana Soares, integrante do MENE, entrevista em setembro de 2017).

A outra reação é a contra- hegemônica, de quem está remando contra a maré da elite dominante. Contudo, uma das coisas mais importantes das cotas foi, sem dúvida, a abertura do diálogo sobre as minorias na universidade e, sobretudo, a entrada das populações historicamente excluídas, ocupando um espaço seu de direito: a educação formal.

Entretanto, apesar de toda a dificuldade encontrada com a implementação das cotas, elas abriram as portas da universidade a aproximadamente 150 mil pessoas negras:

Segundo dados do Ministério da Educação do Brasil: entre 2013 e 2015, a política afirmativa de reserva de cotas garantiu o acesso a aproximadamente 150 mil estudantes negros em Instituições de Ensino Superior em todo o país. Segundo dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. (2016)⁹

⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-cotas/>. Acesso em: 12 ago.2017.

Dentro dessas estatísticas, encontram-se as mulheres negras estudantes que, em 2016, sentaram-se para pensar como conseguir dinheiro para manter suas famílias e estudar.

Metodologia

Com o olhar voltado para a produção do conhecimento de feministas, sobretudo na América latina, a pesquisa “artesanato como resistência” tem com base instrumental a pesquisa participante e a metodologia feminista. De acordo com Elí Bartra (2002), a metodologia feminista é feita a partir do ponto de vista feminista, trabalhando, principalmente, a partir das experiências de vida. Nesse sentido, ela diz que: “el punto de vista feminista es, antes que nada, el punto de partida, en arranque, el comienzo de ese camino que llevará al conocimiento de algún proceso o procesos de la realidad, ese camino que se va haciendo a medida que se desarrolla la investigación (BARTRA, 2002, p. 148).

Graciela Hierro (2007, p. 13) assegura que “la investigación feminista surge de la consideración de lo que hacen las mujeres y de cómo lo hacen observado por las mismas mujeres”. Sendo assim, pode-se pensar a metodologia feminista como forma de fazer pesquisa com mulheres, sendo estas analisadas por nós mesmas. Além disso, contém um caráter abertamente político por buscar conhecer e reconhecer o passado, entender o presente e preparar o futuro com um novo olhar: de transformação e mudança (HIERRO, 2007; HARDING, 2002).

Dessa forma, a metodologia feminista procura desconstruir a visão androcêntrica da pesquisa tradicional, buscando que, a partir da experiência, as mulheres falem do seu cotidiano com vistas a promover mudanças.

Obviamente, como está em oposição à pesquisa androcêntrica, que impera na academia, é provável que apareça, de alguma parte, a pergunta a que as feministas estão muito acostumadas a responder: sobre a necessidade ou não de uma pesquisa que trabalhe com a metodologia feminista. A pergunta ouvida por nós constantemente é: “para que serve a metodologia feminista?”. Didaticamente, Bartra explica (2002, p. 155) que “el

método sirve, pues, como un destructivo peine fino que se usa para modificar el androcentrismo aún reinante y crear un mejor conocimiento, con menos falsificaciones”. Hierro (2007, p. 14) acrescenta, ainda, que “a través de la metodología feminista que se utiliza para conocer y reconocerse en el pasado, entendemos el presente y prepararemos el futuro”.

Nesta pesquisa, a metodologia feminista encontra-se com a pesquisa participante. A pesquisa participante é construída a partir de 1960, num contexto de lutas sociais, por iniciativa de pesquisadores e pesquisadoras – da América Latina, especialmente – envolvidos/as com projetos de pesquisa social. Naquele contexto, ela visava a aproximação entre os/as pesquisadores/as e as pessoas inseridas na dura realidade que queriam transformar. Sendo assim, a pesquisa participante passou a existir como contraponto e alternativa teórico-metodológica aos modelos de Ciências Sociais de herança positivista e funcionalista, oriundos principalmente da América do Norte (BRANDÃO, 1986).

A pesquisa participante visa “fazer com” e “não fazer para”. Assim, a busca pela participação da comunidade com a investigação é constante. Participação é uma categoria muito trabalhada por Paulo Freire, sobretudo nas obras *Política e Educação* (2001), *A educação nas cidades* (1991) e *Educação e Mudança* (2008). Para Freire (2003), a participação pode ser entendida como o exercício de voz, de ter voz, decidir, exercitar a cidadania e lutar por transformação social e emancipação. Com isso, para a presente pesquisa, utilizamos como técnica de pesquisa a observação participante, entrevistas, grupo focal, fotografia e exposições.

Mulheres negras, trabalho e geração de renda

A situação da mulher negra se manifesta, com poucas mudanças, como um prolongamento da realidade vivida no período da escravidão, pois ela continua em último lugar na escala social, é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país (DAVIS, 2017). Pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta o menor índice de escolaridade e trabalha mais, entretanto, com rendimento econômico menor.

Da totalidade da população negra já citada nesse texto, 27% são mulheres. Dentro desta perspectiva, mulheres negras deveriam estar ocupando mais espaço de trabalho formal. Entretanto, a discriminação da mulher negra é visivelmente marcada no mercado de trabalho.

Quando uma mulher negra tenta uma vaga de trabalho, tal vaga geralmente é para trabalhos relacionados a serviços gerais, muito mal remunerados, insalubres, ligados ao cuidado e de “extensão do trabalho doméstico”, os quais socialmente são tidos como menos “importantes” na escala da sociedade de classe.

Na maioria das vezes em que saímos à procura de trabalho, são os trabalhos domésticos que nos são ofertados e o que os brancos preferem não trabalhar. Sequer analisam nosso currículo, pois, quando veem nossa cor, automaticamente já sabem o cargo que devemos ocupar, como já foi citado anteriormente. É triste esta constatação, porém, mais do que triste, ela é verídica. (Maria Escarlata, integrante do MENE em entrevista em setembro de 2017).

As palavras das integrantes do MENE corroboram os escritos de Angela Davis da década de 1980: “A desesperadora situação econômica das mulheres negras- elas realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas” (DAVIS, 2016, p 105).

Seguindo nessa mesma linha, podemos observar que são as mulheres negras que ocupam, na maioria das vezes, essas vagas de trabalho em serviços domésticos, muitas vezes informalmente, com longas jornadas de trabalho. Tal fato impossibilita a oportunidade de poder estudar, e, conseqüentemente, de poder ascender profissionalmente.

Na sociedade patriarcal, classista e racista em que vivemos, vemos muito pouco a mulher como protagonista. Se tal sociedade dificulta a vida das mulheres, podemos imaginar que é bem pior para a mulher negra. Segundo Davis (2017), as mulheres negras das classes trabalhadoras vivem um tríplice preconceito: por ser mulher (em uma sociedade patriarcal), negra (em uma sociedade racista) e da classe trabalhadora (em uma sociedade classista).

Para estas, as oportunidades, na maioria das vezes, passam longe. Pode-se dizer que são quase inexistentes. De acordo com a mesma autora: “As mulheres da classe

trabalhadora e aquelas racialmente oprimidas confrontam a opressão sexista de um modo que reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racial e a supremacia masculina” (DAVIS, 2017, p. 140).

Sendo assim, quando as alunas da FURG precisaram trabalhar, tiveram dificuldades para arrumar trabalho no pequeno município. Dessa forma, elas se reuniram, pensaram juntas e resgataram memórias:

A gente pensou: o que a gente vai fazer agora? O que a gente fazia antes? Antes a gente não tinha esse emprego aqui na cidade, que agora não temos mais, mas a gente sobrevivia. O que a gente fazia antes? Aí a gente começou a resgatar o artesanato, eu sei costurar... e assim foi... (Juliana Soares, integrante do MENE em entrevista realizada em setembro de 2017).

Assim, a reflexão sobre a infância e sobre os trabalhos manuais que aprenderam com as mulheres da família e a necessidade de renda e trabalho foram o ponto de partida para o início do MENE.

MENE: arte popular, artesanato, luta e universidade

Após a decisão coletiva de que a saída para a questão financeira das mulheres negras seria através do artesanato, iniciou-se o processo de criação do MENE. A universidade, neste ponto, teve uma função importante, pois, além de proporcionar as reflexões teóricas sobre mulheres, raça e classe que culminaram com a pesquisa, ela também foi um fator importante de apoio logístico, de distribuição, exposição e venda.

Depois do amadurecimento da ideia, chegou-se à conclusão de que o MENE deveria ser algo que, além de gerar renda e resgatar os conhecimentos da infância, também precisaria ser político e valorizar a mulher negra: “nós somos já militantes do movimento de consciência negra daqui da cidade, a gente sente essa carência de ter produtos com nossa cara, com a nossa estampa, seja ele na parte do vestuário ou em qualquer segmento.” (Maria Escarlata, entrevista em agosto de 2017).

Assim, o MENE iniciou seu trabalho em 2016, como uma forma de embate com a sociedade patriarcal e racista, que não apenas invisibiliza e silencia as mulheres e a luta da população negra, como se não tivéssemos valor, mas também que relacionou as minorias raciais a tudo o que é considerado “feio” por esta sociedade:

No processo de resistir, o primeiro movimento parece ser o rompimento do silêncio, quando o narrador conta sua história de dor e violência. A partir dessa troca, já que o contar de sua própria história implica sempre uma audiência, é possível a reconstrução da própria história, a partir de cacos do passado. Falando sobre a discriminação e submissão, as mulheres percebem o quanto elas lutam e puderam se orgulhar de si mesmas na identidade negra. (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

Após o início do projeto, muita coisa foi feita. Atualmente, o MENE trabalha com uma grande variedade de produtos: bolsas, camisetas, chaveiros, bonecas, instrumentos musicais, vestidos, almofadas, alguns dos quais estampam imagens de pessoas importantes na luta pela igualdade racial, tais como: Dandara, Zumbi dos Palmares, Nelson Mandela, Angela Davis, Nina Simone, Maria Felipa, Martin Luther King, dentre outras.

O MENE já expôs em vários eventos científicos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Além das exposições, as estudantes têm realizado apresentações de trabalhos em congressos e seminários e realizado rodas de conversas e mostras de materiais nas escolas de Educação Básica em São Lourenço do Sul.

Com um trabalho grande, o MENE constata que, através do artesanato, o principal objetivo do trabalho está sendo alcançado, que nada mais é do que a conscientização e valorização da cultura afro-brasileira. Para, além disso, o artesanato aponta para um espaço de projeção de esperanças, portanto, de possibilidades de reinvenção do cotidiano e do coletivo (CAMPOS, 2010).

Conclusões finais: quando a arte luta!

Fig.2: Bolsas feitas pelo MENE



Fonte: Acervo do MENE

Um dos principais papéis reservados à educação consiste em potencializar a humanidade da sua capacidade de traçar caminhos para o seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, a educação teve um lugar especial para a formação do MENE. O grupo tem caminhado entre o desejo de criar, politizar o privado e produzir uma arte política que fortaleça a luta da população negra, bem como a articulação teórica e acadêmica sobre o seu fazer cotidiano. O processo de ensinar via experiência da infância tem sido formativo e potencializador para as artesãs do MENE, grupo que começou com poucas pessoas e já se expandiu.

O trabalho realizado pelas alunas/artesãs vindas das experiências de um cotidiano ordinário (GEBARA, 2008), para nós, da universidade Federal do Rio Grande, que estamos inseridas na pesquisa *O artesanato como resistência* e que compomos o grupo de pesquisa *Nós do Sul*, tem sido inspirador. É preciso olhar para a experiência das mulheres e aprender com elas, percebendo essas experiências como formadoras de aprendizagens que criam e (re)criam (CASTRO, 2015).

Este escrito se iniciou com a célebre epígrafe de Conceição Evaristo porque percebemos que as artesãs/estudantes do MENE têm *O eco da vida-liberdade*, e têm pisado firme e forte ao entrarem nos lugares onde transitam, embora na maior parte do nosso tempo histórico tenham sido espaços de pessoas brancas. As artesãs narradas neste texto

são mulheres, negras, quilombolas de infância pobre, com experiências ricas, e, desta riqueza, elas têm feito uma arte como ato político de resistência.

O MENE é pensado e criado por mulheres, tendo como ponto de partida suas experiências e aprendizagens, que foram protagonizadas por mulheres de suas famílias durante suas infâncias. A Universidade teve uma função importante durante o processo de criação, pois as artesãs contaram e contam com o aporte teórico de feministas que sistematizaram a experiência e a luta das mulheres ao longo da história.

Referências

BARTRA, Eli. Reflexiones metodológicas. In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodologíafeminista**. México: Universidade Autónoma Metropolitana- Xochimilco, 2002.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha. **Dez anos de cotas na universidade: o que mudou?** Disponível em: < <https://une.org.br/2014/06/dez-anos-de-cotas-na-universidade-o-que-mudou///>>. Acesso em: 10 abr.2019

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Campinas: Papirus, 1986.

BRASIL **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei 12.990**, de 09 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20. Acesso em 10 maio 2020.

CAMPOS, Luciene Jung. Artesanato: resíduo elogiado ou possibilidade de crítica. **Revista do Instituto de Letras da UFRGS Organon**. Porto Alegre, nº 49, julho-dezembro, 2010.

CASTRO, Amanda Motta. **Fios, tramas, cores, repassos e inventabilidade: A formação de tecelãs em Resende Costa, MG**. 230 p. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa

de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

_____. **Política e educação**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Eliane *et al*(Org.). **Epistemologia, violência, sexualidade: olhares**, do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

HARDING, Sandra. ¿Existe uno método feminista?. Trad. Gloria Elena Bernal. In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidade Autônoma Metropolitana- Xochimilco, 2002.

HIERRO, Graciella. **De la domesticación a la educación de las Mexicanas**. México: Torres Asociados, 2007.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 266-274, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 21 maio 2020.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Joseh. O mito da democracia racial no Brasil. **Carta Capital**. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/aranha-e-o-mito-de-que-nao-ha-racismo-no-brasil-4850.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SILVA, Maria Nilza da. **Mulheres negras**: o preço de uma trajetória de sucesso. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.